

CNDH aprova recomendação para preservar direito à saúde de imigrantes em Boa Vista - RR

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH aprovou em sua 55ª Reunião Ordinária recomendação acerca do direito à saúde de imigrantes no município de Boa Vista, em Roraima.

A Recomendação nº 1, de 12 de fevereiro de 2019, tem caráter emergencial devido à necessidade de preservar o direito à saúde e a isonomia de pessoas não brasileiras, independentemente de sua condição migratória.

“O direito à saúde é um direito fundamental, garantido aos nacionais e estrangeiros, sem qualquer distinção. Nesse sentido, a lei é evidentemente inconstitucional, não devendo ser aplicada pela prefeita”, afirmou o presidente do CNDH, Renan Sotto Mayor.

A decisão baseia-se na aprovação da Lei Municipal nº 2.074/2019 de Boa Vista - RR, que pretende autorizar que seja negado o atendimento a pessoas estrangeiras quando atingido um limite de 50% “dos serviços públicos de saúde”, incluindo o atendimento “em postos de saúde e hospital da criança, além de exames e medicamentos”.

O CNDH considerou que o direito à saúde se relaciona diretamente ao direito à vida, à integridade física, à dignidade e que, em relação a doenças infectocontagiosas, é imperioso realizar rápido e efetivo tratamento com vistas a conter possíveis epidemias, pandemias e afins. Além disso, levou em conta o princípio da isonomia previsto no caput do artigo 5º da Constituição Federal e o artigo 3º da Lei Federal nº 13.445/17 que não permitem distinções ou discriminações negativas entre brasileiros; além da “elevada dignidade do direito à saúde previsto no artigo 6º da Constituição Federal, no art. 10 do Protocolo de San Salvador, no art. 5º, 135 e seguintes da Constituição do Estado de Roraima e em diversos outros diplomas de direito interno e internacional, cuja aplicabilidade é indiscutível”.

Para a conselheira Camila Asano, relatora da recomendação, o CNDH denuncia de forma veemente o aspecto inconstitucional da lei municipal de Boa Vista, por ela ser discriminatória.

“O CNDH já realizou duas missões à região Norte do país e verificamos in loco as condições de vulnerabilidade dos refugiados venezuelanos. Constatamos a precariedade da condição de saúde com que muitos chegam. Negar o atendimento na rede pública de saúde é uma forma de perpetuar um cenário de violação de direitos humanos de pessoas vindas de uma situação de crise humanitária, como o da Venezuela”, assinou Asano.

Leia aqui a Recomendação nº 1, de 12 de fevereiro de 2019: <https://bit.ly/32kfc0V>